

# **Direito à manifestação: PFDC solicita ao governo do DF medidas para assegurar realização da Marcha das Margaridas**

*Mobilização por defesa de direitos está prevista para 13 e 14 de agosto e deve reunir, em Brasília, mais de 60 mil mulheres trabalhadoras rurais*

[\(MPF, 07/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão que integra o Ministério Público Federal, encaminhou nesta quarta-feira (7) ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, **ofício** no qual solicita a adoção das medidas necessárias para assegurar o direito à realização da Marcha das Margaridas, prevista para ocorrer nos dias 13 e 14 de agosto, em Brasília (DF). Realizada a cada quatro anos, a mobilização constitui a maior ação organizada na América Latina por mulheres do campo, da floresta e das águas. Em 2019, a expectativa é que mais de 60 mil mulheres trabalhadoras rurais de todo o país participem da atividade, que terá como lema “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre violência”.

No ofício enviado ao governador do DF, a Procuradoria destaca que o artigo 5º da Constituição Federal assegura a todos o direito de “reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigidos o prévio aviso à autoridade competente”. O órgão do Ministério Público Federal ressalta ainda que é responsabilidade do Estado assegurar a proteção à vida, à incolumidade das pessoas e garantir o respeito aos direitos expressivos, especialmente os de reunião e de protesto. Diante dessas garantias constitucionais, a PFDC solicitou ao governador Ibaneis Rocha as medidas necessárias à realização de uma manifestação pública e pacífica, bem como o acompanhamento da Marcha das Margaridas, “nela não intervindo salvo para garantir a segurança de suas participantes”, destaca o documento.

**Saiba mais** - Desde o ano 2000, camponesas de todos os estados marcham inspiradas pela história de Margarida Maria Alves - assassinada em 1983 enquanto lutava por direitos de trabalhadoras e trabalhadores do campo. Desde o seu surgimento, a Marcha das Margaridas vem se constituindo como uma importante ação de luta das mulheres do campo, da floresta e das águas contra a exploração e todas as formas de violência, e em favor de igualdade e autonomia para as mulheres. A mobilização é coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e neste ano terá como eixo dos diálogos temas como soberania alimentar e energética, trabalho, renda e autonomia econômica.

Assessoria de Comunicação e Informação  
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)  
Ministério Público Federal  
(61) 3105 6083

## Parcela da população que se declara dona de casa cai para 7% em 26 anos

*Série histórica de 26 anos do Datafolha mostra queda de prestígio da ocupação*

“Bela, recatada e do lar”, a [expressão que viralizou em 2016](#) após ser usada para definir a esposa do então presidente Michel Temer, está desatualizada. Ao menos a terceira parte -do lar- deixou de representar boa parte das mulheres brasileiras. Segundo série histórica do Datafolha, 19% da população se declarava dona de casa em 1993.

Na mais recente pesquisa Datafolha, feita em 4 e 5 de julho com 2.086 pessoas com mais de 16 anos, essa parcela caiu para 7%. Há 26 anos, quando o instituto de pesquisa começou a medir a participação dos brasileiros na economia do país, duas em cada dez pessoas [declararam a ocupação “do lar”](#).

Para retratar a população, as sondagens costumam equilibrar os entrevistados por gênero -cerca de metade são [homens](#), a outra parte reúne mulheres. Estatisticamente, no entanto, é insignificante a parcela masculina que responde ter como principal ocupação os afazeres domésticos. Essa percepção de ocupação “do lar”, vale lembrar, é apresentada pela própria entrevistada. Por exemplo, uma autodeclarada dona de casa pode vender produtos da Natura como bico, mas ver como sua ocupação principal a vida doméstica.

Para o diretor-geral do Datafolha, Mauro Paulino, há um motivo central para explicar o declínio: o envelhecimento desse segmento. “As novas gerações já chegam à idade adulta tendo a necessidade e a motivação para pertencer à população economicamente ativa. A inserção da mulher como protagonista no mercado de trabalho leva também a mudanças atitudinais dentro de casa e na esfera profissional”, diz ele.

E se vemos mais mulheres como [chefes de família](#), diz Paulino, “me parece mais consequência dessa diminuição do que causa”.

Um misto de necessidade e vontade fez com que a mulher deixasse de se apresentar como dona de casa, diz o economista da PUC-RJ José Márcio Camargo. “A necessidade de complementar a renda familiar, o nível educacional mais elevado, a valorização social do trabalho fora de casa, a [independência financeira](#), enfim, foi um grande conjunto de razões de razões que pesou para a mudança. E essa tem sido a tendência no mundo inteiro. Não há nenhuma surpresa que seja assim no Brasil.”

Vejamos o quadro nacional: no começo dos anos 1990, a [parcela feminina no mercado de trabalho](#) beirava os 35%; hoje já fica em torno de 45%.

O que se considera “a ampliação de oportunidades de trabalho que valorizam as habilidades

das mulheres”, porém, vem acompanhada da jornada dupla, que ainda é a realidade de muitas [mulheres](#) que se dividem entre a labuta doméstica e o expediente fora de casa, afirma Paula Montagner, economista da Fundação Suede, ligada ao governo paulista.

“Elas combinam suas atividades no mundo do trabalho com o cuidado da casa e dos filhos”, diz Paula. Para constatar essa realidade, basta conferir um recorte da PNADC do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgado em abril: mulheres separam em média 21,3 horas semanais para cuidar da casa e de outras pessoas (como um filho), o dobro do tempo declarado pelos homens.

A administradora Diana Branisso, 38, diz que precisa de uma “agenda militar” para conciliar a criação de Nicky, 6, e Manu, 3, com seu trabalho, sua pesquisa acadêmica e as aulas que dá de marketing digital.

“Trabalho desde que me conheço por gente”, conta. Diana conta que vendia chocolate quando criança, fazia animação de festas infantis e ensinava inglês na adolescência. Ao contrário do marido, Diana tem flexibilidade para fracionar a rotina: intercala o expediente com o acompanhamento educacional das filhas, incluindo ajudar no dever de casa e buscá-las na escola. Tempo para si mesma, nem pensar, no momento. “A academia morreu”, diz.

Já Josiléia Lucília Correia, 41, tinha um acordo com o esposo, com quem está desde seus 14 anos. Quando formassem família, ela se dedicaria à prole. “Ele sempre disse que não gostaria que outra pessoa tomasse conta dos nossos filhos. Aceitei numa boa, não vi como algo ruim para mim.”

Com duas filhas, de 14 e 19 anos, hoje estuda psicologia. “Percebi que eu queria ser mais útil, não queria mais ser só dona de casa”, afirma Já Jéssica Pádua da Cruz, 25, está tão confortável com a função que administra no Facebook a página Donas de Casa Práticas, Organizadas e Felizes.

Ela estudava administração, mas parou assim que casou. Ela diz ser um engano imaginar que tem tempo sobrando porque não trabalha. “Tipo, tem muita gente acha que é uma vida fácil, molezinha, mas longe disso”, afirma.

Jéssica conta que acorda às 5h30, faz café, toma conta da casa, serve o almoço para filha e a leva para o colégio. E isso só na primeira metade do dia. Jéssica costuma ouvir de meninas da sua idade ou até das mais novas que trabalham fora que [mulheres “do lar](#) ficam o dia todo de pernas para o ar. “Ai, ai, antes fosse”, diz. “Muitas vezes acordo falando: hoje não vou fazer nada em casa. E quando percebo já estou lavando uma louça, umas roupas... Não tem jeito pra descansar.”

Ela sonha em formar uma dupla sertaneja com o marido um dia. Por ora, continua engrossando essa camada populacional que já viu dias mais populares.

“Meu sonho é ser cantora, até hoje. Mas nunca tive oportunidade. Então, achei melhor ficar sendo dona de casa mesmo”, afirma.

*Por Anna Virginia Balloussier*

---

# “Estratégias para garantia de Direitos” - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha - São Paulo/SP, 31/07/2019

No próximo dia 31 de julho de 2019, na Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo (SP), a Comissão da Mulher Advogada e a Comissão de Igualdade Racial realizarão um evento em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. O evento que abordará “Estratégias para garantia de Direitos” contará com a participação de mulheres negras atuantes nas mais diversas áreas de conhecimento.



## **Programação:**

Credenciamento - 09:30

### **10:00 - Abertura - MULHERES NEGRAS: INVISIBILIDADE - AUSÊNCIA E NEGAÇÃO HISTÓRICA DE DIREITOS**

*Dra. Claudia Patrícia de Luna* - Presidente da Comissão da Mulher Advogada

### **I PAINEL: MULHERES INVISÍVEIS - 10h20 às 11h40**

- *Sarah Brito*: Gestora de projetos e pesquisadora do Brasil Profundo produzindo e co-criando mostras, festivais, exposições, caravanas culturais, intervenções e espaços de saber baseados na auto-gestão.

- *Darling Ingrid Limeira*: Bacharel em Direito, com Especialização em Direito das Diversidades Sexual, Racial e Religiosa. Pós-Graduada em História da Cultura Afro e Indígena Brasileira.

- *Neon Cunha*: Publicitária, diretora de arte, designer gráfica, funcionária da Prefeitura de São Bernardo do Campo e colabora como assistente de estilo com a marca Isaac Silva. Ativista

transfeminista independente

- *Profa. Maria Ileana Faguaga Iglesias*: Historiadora, Etnóloga, Mestre em Antropologia Sociocultural, Faculdade de Filosofia e História, Universidade de Havana, Cuba.

Mediação: *Dra. Joyce Melo*

Advogada, formada pela Universidade Anhanguera, fundadora do Evo Coworking, escritório compartilhado que visa acolher empreendedores auxiliando-os em seu desenvolvimento pessoal e profissional de forma a fomentar a economia local.

## **II PAINEL - Impacto das Reformas Políticas - 11h45 às 12h45**

- Reforma da Trabalhista e Previdência

*Dra. Amarilis Costa*: Advogada, Mestre em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo

- Pacote Moro: Uma ameaça à vida das mulheres

*Dra. Maria Sylvia Aparecida De Oliveira*: Advogada formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Conselheira Seccional da OAB de São Paulo; Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB.

- Mediação: *Dra. Priscila Pamela C. dos Santos*

Advogada criminalista, Presidenta da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/SP. Coordenadora adjunta do núcleo de Sistema Prisional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, Sócia do escritório Madi Rezende e Santos Advogado

## **INTERVALO ALMOÇO - DAS 12h45 às 14h00**

## **IV - SAÚDE DA MULHER NEGRA - 14h00 às 15h00**

- *Dra. Simone Henrique*: Conselheira Seccional da OAB/SP; Doutoranda em Direitos Humanos Faculdade de Direito/USP

- *Janete Alves Gomes*: Enfermeira, Diretora UBS Santo Onofre (Taboão da Serra), Supervisora de enfermagem no Hospital do Campo Limpo, Coordenadora de Saúde da População Negra em Taboão da Serra

- *Maria José Menezes*: Bióloga, Mestre em patologia Humana pela UFBA/Fiocruz e membra da Marcha das Mulheres Negras

- Mediação: *Dra. Ellem Jaqueline dos Santos Todão*

bacharela em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (2017), Pós-Graduanda em Perícia Criminal pela Verbo Jurídico, Pós-Graduanda em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Legale e Pós Graduanda em Direito Tributário pela Faculdade Legale.

## **V PAINEL - MENINAS NEGRAS: Invisibilidade e Desafios - 15h00 às 16h00**

- Casamento infantil

*Viviana Santiago*: Pedagoga, Gerente de Gênero e Incidência Política na Plan International Brasil, e Coordenadora da Rede Meninas e Igualdade de Gênero-

- Violência institucional

*Dra. Ana Paula Freitas:* Advogada, mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC, Pós-graduada em Direito Fundamentais, Graduada em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes

Mediação: *Dra. Mayara Silva Souza*

Advogada do Programa Prioridade Absoluta do Instituto Alana, especialista em Gestão Pública pelo Insper e em Legislativo e Democracia no Brasil pela Escola do Parlamento de São Paulo.

## **V - PAINEL - REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS - 16h00 às 17h30**

- Sistema de Justiça

*Dra. Valdirene Silva de Assis:* Procuradora do Trabalho - Coordenadora de Prevenção e Combate à Discriminação (Coordigualdade) do MPT; Coordenadora do Comitê Temático Étnico-Racial, da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do MPT; Gerente do Projeto Nacional de Inclusão de Jovens Negras e Negros no Mercado de Trabalho; Membro dos Grupos de Trabalho de Raça, Inclusão e Acessibilidade, Comunidades Tradicionais, Empregabilidade LGBTI, Gestantes e Gênero e Interseccionalidades do MPT; Representante do MPT no Grupo Nacional do Direitos Humanos do Ministério Público Brasileiro.

- Grandes organizações

*Ana Célia Minuto:* Formada em Sistema da Informação e MBA Gestão de Serviços de TI com ênfase em ITIL ambos pela FIAP e possui MBA em Gestão de Projetos FGV. Consultora Empresarial e Carreira.

- Política

*Leci Brandão:* Deputada Estadual - São Paulo

Mediação: *Dra. Diva Zito*

Advogada, Conselheira Seccional da OAB/SP

## **Palestra Final - COMPLIANCE NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS**

*Dra. Simone Henrique:* Conselheira Seccional da OAB/SP; Doutoranda em Direitos Humanos Faculdade de Direito/USP

### **17:50 - Encerramento:**

*Dra. Diva Zito:* Advogada, Conselheira Seccional da OAB/SP

***As inscrições poderão ser feitas no local do evento mediante a doação de um quilo de leite em pó.***

---

## **CFEMEA 30 anos: seguimos na subversão!**

É com muita alegria que o CFEMEA lança hoje, dia 16/07, o selo comemorativo dos nossos 30 anos de luta e resistência. Esse primeiro selo faz parte de um conjunto de cinco que serão lançados nas próximas semanas, fazendo alusão às lutas do feminismo.

Nós, do CFEMEA, também estamos com um calendário de comemorações que vai até dezembro. E, desde já, convidamos todas vocês para estarmos juntas nessa celebração.

Fiquem à vontade para compartilhar esse primeiro selo comemorativo, junto com o vídeo “CFEMEA 30 anos: seguimos na subversão” que conta um pouco da nossa história e reflete sobre os desafios que enfrentamos diante da conjuntura atual.

Como uma organização feminista antirracista, nós existimos para incomodar, para deslocar e transgredir. É com essa força que o CFEMEA celebra 30 anos de história!

E mesmo em um contexto político de retrocessos e de perseguições políticas, as lutas e a persistência do feminismo e do movimento feminista antirracista é a nossa razão de existência. São 30 anos de muitas conquistas, desafios e verdadeiras batalhas travadas para garantia dos direitos das mulheres. Nessas décadas, o CFEMEA atuou para a construção e efetivação de dezenas de leis, sendo a Lei do Planejamento familiar (1996) e a Lei Maria da Penha (2007) dois importantes marcos dessas conquistas. Esteve também nos processos de construção e articulação internacional como a Plataforma de Pequim (95) e de Cairo (94).

Nos últimos anos, o CFEMEA direcionou sua atuação para promover a sustentabilidade do ativismo, sabendo que só assim permaneceremos na luta. Os processos de formação política e do autocuidado e cuidado entre ativistas são base para nos mantermos firmes frente a essa contraofensiva conservadora. Estamos junto às nossas companheiras no front da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, no enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres e na luta contra o racismo. Construiremos juntas um mundo mais justo e mais igualitário. Os selos são um símbolo da alegria com a qual comemoramos nossos 30 anos, pois é com ânimo, força e disposição que continuaremos a subversão!

---

## **Com 60% dos votos da bancada feminina, nova Previdência passa na 1ª votação**

A [primeira votação na Câmara dos Deputados para a Reforma da Previdência](#), que altera as regras de acesso e valor das aposentadorias e pensões, teve forte apoio da bancada feminina, nesta quarta-feira (10), em Brasília.

**(Universa, 11/07/2019 - acesse no site de origem)**



Das 69 deputadas federais que participaram da votação, 46 foram a favor da reforma e 23, contra. O apoio às mudanças na aposentadoria representa 59,7% da bancada feminina na Câmara, que conta com 77 deputadas e é a maior da história do país.

Também é a primeira legislatura com a vigência da regra eleitoral que criou cotas para mulheres candidatas, por meio dos recursos do fundo partidário.

A maior participação das mulheres no poder Legislativo levanta o tom do debate nas questões de gênero dentro da reforma da Previdência.

No PDT, partido que se posiciona contra a reforma, as deputadas Tabata Amaral (SP) e Silvia Cristina (RO) foram contra a legenda e votaram pela reforma. Tabata, que se apresenta como ativista pela Educação, já tinha indicado a sua decisão e [foi ameaçada de punição e até expulsão do partido](#).

A deputada afirma que votou por convicção e por consciência. “Não é fácil, não é cômodo escolher este caminho, mas é absolutamente urgente e necessário”, disse a deputada em um vídeo publicado nas redes sociais, onde ela também disse que não é um voto para o governo, mas que por ser de esquerda não pode “ser contra um projeto que vai deixar o país mais inclusivo e mais desenvolvido”.

A cantora Zélia Duncan respondeu ao vídeo da deputada dizendo não entender a coerência do seu voto em favor da reforma e o ativismo pela Educação.

De acordo com a coordenadora de pesquisas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos), Patrícia Pelatieri, a reforma da Previdência é ruim para as mulheres trabalhadoras porque “aprofunda na velhice a desigualdade de gênero que existe no mercado de trabalho”.

O impacto da reforma na renda dos mais pobres e, principalmente das mulheres, foi a justificativa apresentada pela deputada federal Teresa Nelma, do PSDB-AL, ao contrariar a linha do partido e votar contra a reforma da Previdência. Para a deputada, que afirma ter uma atuação independente no Congresso, a proposta não acaba com privilégios, como tenta mostrar a campanha do governo.

No PSDB, seis deputadas votaram a favor da reforma e a Tereza Nelma foi o único voto discordante da legenda que tem 30 deputados ao todo.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que é apoiador da reforma, sinalizou para a bancada feminina com a [possibilidade de alteração no texto para atender reivindicações](#) da bancada. Uma delas é a pontuação gradual crescente a partir do 15º ano de contribuição ao INSS no cálculo do benefício. Pela regra que está no texto aprovado, essa bonificação só aconteceria a partir do 20º ano, que era também a proposta original do governo.

Essa mudança deve ser incluída na votação dos destaques nesta quinta-feira (11). De acordo com o advogado Guilherme Portanova, da assessoria jurídica da Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas), as alterações propostas não aliviam os impactos negativos da reforma para as mulheres trabalhadoras, porque elas só teriam direito a 100% do valor integral do benefício com 40 anos de contribuição.

**O que muda para as mulheres?**



O texto aprovado na votação promove mudanças estruturais nas aposentadorias e benefícios do INSS para as mulheres. O principal é a idade mínima para aposentadoria e o fim do modelo de aposentadoria apenas pelo tempo de contribuição. Pela regra anterior, as trabalhadoras podiam se aposentar por idade, com 60 anos e 15 de contribuição, cujo valor é de 70% do valor integral do benefício. A outra opção era pela fórmula 86/96, que garantia o valor integral da aposentadoria, se a soma da idade e do tempo de contribuição fosse igual a 86 com pelo menos 30 anos de contribuição.

O texto aprovado criou um único modelo de aposentadoria que exige uma idade mínima de 62 anos e 15 anos de contribuição, no entanto, o valor do benefício vai corresponder a 60% do valor integral.

Em relação às pensões por morte para as viúvas, o texto aprovado determina que o valor do benefício será de 60% do valor da aposentadoria que o trabalhador morto teria direito com um adicional de 10%, até o limite de 100%, por dependente. Antes não existia a regra do dependente e a viúva receberia 100% do valor, mesmo sem ter filhos.

*Por Juca Guimarães*

---

## **TST reconhece estabilidade de gestante mesmo em parto de natimorto**

*Para 2ª turma do TST, a garantia provisória de emprego prevista na CF não faz ressalva ao natimorto.*

[\(Migalhas, 10/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A 2ª turma do TST reconheceu o direito à estabilidade assegurada à gestante a uma auxiliar de limpeza que perdeu seu filho no 2º mês de gravidez. Para o colegiado, a garantia provisória de emprego prevista na CF não faz ressalva ao natimorto.

### **O caso**

A auxiliar trabalhou por dois meses com contrato de experiência, sendo dispensada posteriormente. Embora ela tenha tido conhecimento da gravidez um mês depois da rescisão, o fato, segundo a empresa, não lhe foi comunicado.

Com dois meses de gestação, a auxiliar perdeu a criança em aborto espontâneo. Meses depois, ela entrou com reclamação trabalhista contra o ex-empregador para pedir indenização correspondente aos salários do período de estabilidade, desde o início da gravidez até cinco meses após o parto.

O juízo da 23ª VT de São Paulo/SP e o TRT da 2ª Região indeferiram o pedido da auxiliar. Na interpretação do TRT, o direito à indenização substitutiva do período de estabilidade só deveria ser concedido da data da dispensa da auxiliar até a data do óbito do feto, e não até cinco meses

após o aborto.

### **Estabilidade confirmada**

Relatora, a ministra Delaíde Miranda Arantes adotou o disposto no ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que impede a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Segundo a ministra, ao prever a estabilidade desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, o artigo não faz qualquer ressalva ao natimorto. “Logo, é forçoso concluir que a garantia provisória de emprego prevista no referido dispositivo não está condicionada ao nascimento com vida”.

- Processo: [1001880-03.2016.5.02.0023](#)

Veja a [íntegra](#) do acórdão.

---

## **Câmara deve melhorar aposentadoria para mulheres, diz Maia**

*Um acordo costurado pela bancada feminina deve melhorar a aposentadoria para as mulheres, disse hoje (9) à noite o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ele anunciou a novidade após reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.*

[\(Agência Câmara, 09/07/2019 – acesse no site de origem\)](#)

A proposta de reforma da Previdência aprovada na comissão especial da Câmara tinha mantido o tempo mínimo de contribuição das mulheres da iniciativa privada em 15 anos, em vez de elevá-lo para 20 anos. No entanto, as seguradas se aposentariam com 60% da média das contribuições. Quem se aposentasse mais tarde só veria o valor do benefício se elevar a partir do 21º ano.

Com o acordo, o relator da emenda constitucional da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), aceitou alterar o texto para que o benefício comece a subir no 16º ano de contribuição.

Segundo Maia, a reivindicação da bancada feminina aumentou o número de votos favoráveis à reforma da Previdência. “Estão todos compreendendo que há uma maioria sólida e na hora que for colocar em votação, essa maioria vai garantir o resultado que foi aprovado na comissão, apenas com a mudança de um erro de interpretação nosso com relação ao texto da bancada feminina, mas que já está acertado e esse assunto está resolvido”, declarou.

O presidente da Câmara acrescentou que o acordo prevê a votação de dois destaques supressivos (que retira pontos) e uma emenda aglutinativa (que aglutina pontos) para melhorar

o valor do benefício para as trabalhadoras da iniciativa privada. “Das mulheres, são três textos, dois destaques supressivos e uma emenda aglutinativa, recompondo a questão dos 2% a partir dos 15 anos e não a partir dos 20 anos. Está tudo certo. Conquistamos até votos que nós não tínhamos”, disse.

## **Policiais**

Em relação às negociações para retirar da reforma os policiais e agentes de segurança que servem à União, Maia disse não acreditar que haverá espaço para a Câmara excluí-los das mudanças nas aposentadorias. Na semana passada, a comissão especial [derrubou](#) destaque que pretendia criar condições diferenciadas de aposentadorias para a categoria, que engloba policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais legislativos, agentes penitenciários federais, entre outros.

---

# **ONU Mulheres tem plataformas de apoio à gestão pública sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade**

*Plataformas [Cidade 50- 50](#) e [Brasil 50-50](#) propõem ciclo de compromisso público entre lideranças, autoridades públicas e população com os direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade do início da apresentação de candidatas e candidatos à administração pública*

Prefeituras e governos estaduais e federal contam com duas plataformas de apoio à gestão governamental com enfoque na [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#), desenvolvidas pela ONU Mulheres Brasil. As ferramentas de apoio à administração pública foram desenvolvidas para facilitar a resposta de governos aos [17 Objetivos Desenvolvimento Sustentável](#), beneficiando homens e mulheres a partir de políticas, programas e investimentos públicos voltados à igualdade em municípios, estados e em todo o país.

São ações que podem ser adotadas: criar orçamento específico para alcançar os objetivos, alinhar as políticas do governo à Agenda 2030 para eliminação das desigualdades de gênero, aumentar o apoio para organizações de mulheres, promover a participação das mulheres na elaboração das políticas públicas, assegurar o monitoramento sistemático dessas ações e monitorar o progresso na vida de homens e mulheres com base em políticas e investimentos públicos.

As duas plataformas [Cidade 50- 50](#), lançada no ano de 2016, e [Brasil 50-50](#), ativa desde 2018, propõem ciclo de compromisso público entre lideranças, autoridades públicas e população com os direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade do início da apresentação de candidatas e candidatos à administração pública - para elaboração de programas de governos

com atenção aos direitos das mulheres -, até o encerramento da gestão no Executivo municipal, estadual ou federal.

“Com os ODS, os governos do mundo são convidados a traçar planos e políticas que beneficiem toda a população e para não deixar ninguém para trás do desenvolvimento. Assegurar os direitos das mulheres implica estabelecer planos de governos precisos e, muitas das vezes, arrojados para que sejam realmente eliminados os obstáculos que impedem as mulheres de acessar direitos e cidadania por meio de políticas públicas e programas sociais”, afirma a representante interina da ONU Mulheres Brasil, Ana Carolina Querino.

Com mais de 208 milhões de habitantes, sendo 52% de mulheres e 48% de homens, o Brasil apresenta dados elevados de desigualdades de gênero. A renda média de mulheres é de R\$ 2.050,00 enquanto a de homens é de R\$ 2.579,00. Enquanto no mundo, cerca de 23,5% de mulheres estão no parlamento nacional; no Brasil, a representação política das mulheres é de 15% para a Câmara dos Deputados e 14,8 para o Senado.

Alterar essa realidade desigual e alcançar oportunidades e direitos iguais são propósitos da iniciativa internacional [Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero](#), elaborada pela ONU Mulheres e apoiada por mais de 90 países, entre os quais o Brasil, com enfoque na Agenda 2030.

No Brasil, a iniciativa foi adaptada à realidade do país e vem sendo discutida por gestores e gestoras de governos estaduais e municipais para implementação local. De acordo com Ana Claudia Pereira, gerente de Projetos da ONU Mulheres para Normas Globais, Governança, Liderança e Participação Política, o primeiro passo é desenvolver projetos-piloto com parcerias governamentais e consolidar os modelos de gestão mais adequados com base nesses projetos, divulgá-los em âmbito nacional e internacional e, por último, promover intercâmbio de experiências com os outros países.

“Esperamos ter muito sucesso com o programa, pois vai servir de exemplo nacional e internacional, mostrando que é possível, com poucos recursos ou redirecionamento de recursos, fazer políticas que beneficiem homens e mulheres e que os considerem igualmente”, considera.

**Cooperação técnica e assessoria especializada** - O [município de Itabira](#), em Minas Gerais, e o [estado de Alagoas](#) são os primeiros a iniciarem negociações para adesão às plataformas de apoio à gestão governamental sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade.

Ana Claudia ressalta que: “A adesão de estados, cidades e municípios é importante pois demonstra uma vontade no país de trabalhar esse tema, que estamos respondendo a essa demanda da população e que há pioneiros nesse trabalho”.

Além das desigualdades de gênero, raça e etnia verificada em dados sociodemográficos, a população também sinaliza a compreensão dessa realidade e tem expectativas de mudanças por meio de políticas e investimentos públicos com enfoque em gênero e sustentabilidade. “Se a política não conseguir enxergar essa porção da população excluída e que precisa ser

atendida com urgência, a política não vai funcionar. Nos dados vai ser observado que o país não avançou tudo que podia ter avançado, porque não olhou para as mulheres”, constata Ana Claudia Pereira.

**Opinião pública e políticas focalizadas** – Duas pesquisas de opinião pública Ibope/ONU Mulheres apuraram a percepção pública de brasileiros e brasileiras acerca de políticas focalizadas com base na igualdade de gênero. No ano de [2016](#), 75% dos brasileiros e brasileiras consideraram de grande ou extrema importância que gestores, gestoras, legisladores e legisladoras desenvolvam políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens. Considerando-se apenas as mulheres, esse número cresce para 78%, enquanto entre os homens é de 71%.

**Indicador de demanda por equidade de gênero em políticas** – Para chegar ao inédito indicador de demanda por equidade de gênero nas cidades, as pessoas entrevistadas responderam sobre que grau de importância vereadoras, vereadores, prefeitas e prefeitos devem dar a três dimensões: mesma oportunidades de acesso e desenvolvimento na educação e na cultura; no mercado de trabalho e mesmos salários; e de atuação nos partidos políticos e nos governos.

Para 77% são muito/extremamente importantes políticas públicas que incentivem as mesmas oportunidades de acesso e desenvolvimento na educação e na cultura. 78% consideram muito ou extremamente importante que as prefeituras e câmaras municipais promovam políticas que incentivem o acesso de mulheres e homens as mesmas oportunidades de trabalho e mesmos salários. E 69% consideram muito/extremamente importante que prefeitos/as, prefeitas, vereadoras e vereadores promovam políticas visando assegurar oportunidades iguais de atuação em partidos políticos e governos para mulheres e homens.

**Colaboração entre União, estados e municípios** – Em 2018, 81% consideram [na pesquisa](#) ser extremamente importante que o Executivo Federal estimule o acesso de mulheres e homens às mesmas oportunidades de trabalho e mesmos salários. Em relação ao transporte público, 77% das pessoas entrevistadas consideram que deve ser alta a importância o Governo Federal fazer parcerias com estados e municípios para garantir transporte público de qualidade. No que se refere à educação pública, 83% avaliam ser de extrema importância o governo auxiliar os municípios na ampliação do número de vagas em creches.

**ODS e a igualdade de gênero** – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável são compromissos abrangentes, transversais e profundos, ou seja, se cumpridos, podem alterar profunda e positivamente a sociedade. Para que isso ocorra, benefícios devem ser alcançados igualmente para homens e mulheres. Apesar de existir o ODS 5, específico sobre igualdade de gênero, as mulheres estão presentes nas metas e indicadores de todos os demais 16 objetivos globais.

Um dos desafios da ONU Mulheres é a transversalização de gênero e a interseccionalidade nos ODS, ou seja, contemplar todas as mulheres e suas diferenças, que envolvem, entre muitos outros aspectos, classe, raça, etnia, cultura, localização geográfica, estado civil, religião, orientação sexual e identidade de gênero, idade e nacionalidade.

Confira:

- [Pesquisa Ibope/ONU Mulheres 2016 – indicador de demanda de igualdade de gênero nas cidades](#)

- [Pesquisa Ibope/ONU Mulheres 2018 - indicador de demanda de igualdade de gênero no país](#)

Acesse: [cidade5050.org.br](http://cidade5050.org.br) e [brasil5050.org.br](http://brasil5050.org.br)

---

## **Câmara dos Deputados lança plano para trabalhadoras gestantes**

*Uma das metas é ampliar a divulgação dos direitos das profissionais*

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados lançou hoje (3) o Plano de Proteção à Gestante e Lactante Trabalhadora. Um dos objetivos do projeto, que ganhará uma cartilha, é subsidiar parlamentares quanto à questão, para que possam elaborar leis que estejam em consonância com a defesa dos direitos das mulheres.

**(Agência Brasil, 03/07/2019 - acesse no site de origem)**

O procurador do trabalho Leonardo Osório Mendonça explicou que, para que fossem definidas as cerca de 20 metas do plano, diversas entidades que atuam com direitos trabalhistas e das mulheres foram consultadas ao longo de três audiências públicas. Na avaliação do procurador, a tendência é de que os benefícios trazidos pelo plano atinjam as famílias como um todo, pelo fato de o projeto se relacionar com a proteção à primeira infância.

Ele disse ainda que, além de instrumentalizar o Poder Legislativo, o plano tem a função de mobilizar a sociedade no combate ao machismo. “Esse plano tem vários alcances. Um deles é combater o machismo estrutural que existe na sociedade. Nós temos uma licença paternidade muito inferior a licença maternidade, porque, desde o início, já é colocado que a responsabilidade pelos cuidados do filho é da esposa. Homem toma conta do filho junto com a mulher, em parceria com a mulher”, ponderou Mendonça, que chefia a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho.

Outra proposta do plano é ampliar a divulgação dos direitos das lactantes e gestantes. Fazer a informação chegar a todas as trabalhadoras é uma das ações que mais importam, já que, como sublinhou a procuradora do trabalho Silvana da Silva, na prática, ainda há, muitas vezes, o descumprimento da lei. “A CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] já prevê dispositivos quanto a espaços de aleitamento, mas isso ainda está pouco implantado. E a gente pretende que essas medidas sejam cada vez mais priorizadas, porque a mulher está vulnerável.”

Maila Schilling esteve na audiência e, como representante da coordenação-geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, apresentou alguns números da pasta. De acordo com balanço do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado nessa segunda-feira (1º), foram registrados, desde o início do ano, 38.888 casos de acidentes de trabalhos em geral. Desse total, 96 envolveram gestantes.

O levantamento traz também um dado sobre gestantes que são submetidas a atividades

causadoras de lesões por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Dort). Ao todo, de 2007 a 2019, 502 casos desse tipo foram oficialmente comunicados, constando do Sinan. Adicionados à parcela classificada como acidente de trabalho, o total de casos acometendo gestantes, no período, é de 2.736.

Os índices são considerados, por Maila, menores do que os reais. Em sua fala, a representante do Ministério da Saúde destacou que acredita que isso se deve a uma subnotificação das ocorrências.

*Por Narjara Carvalho*

---

## **Com cancelamento de mais de mil creches, mães ficam “órfãs de trabalho”**

Mãe de duas filhas, Edivânia Ferreira da Silva, 32, saiu de casa na chuvosa manhã de sexta-feira (28) em busca de uma creche para sua menina de 2 anos e 5 meses.

[\(UOL, 30/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

No conjunto Novo Jardim, periferia de Maceió, após outra negativa de creche pública, buscou uma particular para deixar a filha e atuar como diarista. “Já fui em duas creches públicas, mas não tinham vaga. Na privada que fui agora, a mensalidade é de R\$ 350. Não tenho como pagar”, diz.

A realidade de Silva é a mesma de milhares de mães que não têm onde deixar seus filhos para trabalhar. Segundo o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), em novembro do ano passado, 1.495 creches tiveram obras canceladas.

Iniciado em 2007 pelo governo federal e conduzido pelo fundo, o programa Proinfância (Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil) prevê assistência técnica e financeira aos municípios para a construção da infraestrutura educacional.

O FNDE afirmou ao UOL que o cancelamento dessas obras ao final do governo Michel Temer (MDB) atendeu a uma resolução de 2017, expedida pelo Comitê Gestor do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), “que dispõe sobre a necessidade de cancelamento dos empreendimentos que não tiverem sua execução iniciada”.

De acordo com a entidade, atualmente o programa tem 4.050 creches concluídas e 2.096 com obras em andamento.

### **“Tem gente que anda 5 km para trazer os filhos”**

Uma das creches canceladas foi justamente no Novo Jardim, onde Edivânia não encontrou vaga. “Eu tive de largar uma das diárias que fazia porque não dava para levar a minha filha



menor, nem ia deixar ela só com a outra filha [de 10 anos]. Preciso muito de uma creche”, conta.

Segundo a Associação de Moradores do Novo Jardim, na comunidade há apenas uma creche pública, e muitas mães acabam vindo de longe tentar vaga. “Tem gente que anda 5 km para trazer os filhos, temos muita reclamação das mães”, diz. “Além disso, na creche aqui há muitos problemas de falta de estrutura, faltam professores.”.

Na comunidade, o casal desempregado Paulo Jervásio, 35, e Taíres da Conceição, 28, relatam que os filhos de 2 e 4 anos estão fora da creche e também têm dificuldade em ir trabalhar. “Não conseguimos vaga neste ano. Pegaram nossos números de telefone e falaram que, se surgir vaga, iriam ligar”, conta Jervásio.

Já as mães que têm emprego com carteira assinada acabam pagando creches particulares por falta de unidades públicas. Juliana dos Santos, 26, é empregada doméstica no bairro da Serraria, também em Maceió, e diz que não achou uma creche pública para a filha de três anos. “Pago R\$ 180, pesa muito para mim, mas não tem outra alternativa”, afirma.

### **Só 1 a cada 5 obras é entregue**

Um relatório de maio feito pela ONG Transparência Brasil revela um quadro preocupante na execução do Proinfância. Desde junho de 2017, quando começou a fazer o levantamento, a entidade acompanha um total de 135 obras do Proinfância nos municípios participantes. Desse total, 55 foram canceladas em novembro.

“O panorama das obras monitoradas revela a baixa eficácia do programa nas localidades analisadas, com menos de uma em cada cinco obras previstas tendo sido entregue no período observado”, aponta.

Das obras monitoradas, diz o relatório, 43% (o equivalente a 58) nunca chegou a ser iniciada e só uma em cada cinco foi concluída no prazo. “A grande maioria dessas obras foi cancelada no final de 2018. Em âmbito nacional, a parcela de obras pactuadas e canceladas chega a 16%”, afirma a instituição.

“As obras do Proinfância são, na melhor das hipóteses, entregues com alguns meses de atraso. Na pior, são iniciadas e abandonadas por anos a fio, sem perspectiva de retomada e gerando desperdício de recursos públicos”, avalia.

### **Outro lado**

Sobre o estudo da Transparência Brasil, o FNDE disse que não tinha tido acesso ao levantamento, mas, questionado pela reportagem, explicou que “os problemas que levam as obras do Proinfância a não cumprirem o cronograma e a não serem concluídas no prazo são vários, tais como abandono da empresa, descumprimento de contrato, falta de pagamento à construtora, falha na execução de serviços e irregularidades na gestão anterior, que acabam ocasionando a rescisão contratual e a necessidade de reliciar os serviços remanescentes”.

Para a construção de escolas ou creches com recursos do FNDE, o órgão explica que a contratação da construtora e a gestão das obras são atribuições dos governos locais. “Ao FNDE cabe o acompanhamento dos trabalhos via Sistema de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) e a liberação gradual dos recursos, que são transferidos para o respectivo governo à

medida que a obra avança”, explica.

Sobre a liberação de recursos, o órgão disse que o pagamento das parcelas depende da evolução física da obra.

Também procurada para comentar, a Prefeitura de Maceió informou que teve cinco creches canceladas no final do ano passado e reconheceu que ainda faltam vagas para crianças em creches.

Entretanto, diz que, nos últimos sete anos, foram 14 creches construídas, além de outros espaços adaptados. “Todos os investimentos estão sendo feitos para ampliar a quantidade de vagas nas creches em Maceió”, informou a Secretaria Municipal de Educação.

Sobre a falta de verbas federais, a secretaria informou que o prefeito Rui Palmeira (PSDB) já foi algumas vezes a Brasília juntamente com a secretária Ana Dayse Dória para reivindicar mais recursos.

*Por Carlos Madeiro*

*Colaboração para o UOL, em Maceió*